

# Jornal da Vila de Prado



Mensário Ano IX N.º 117 09 de Dezembro de 1996

Director: Alfredo Pedrosa

Dreço: 85\$00

População volta a ocupar a ponte de P(a)rado

## GOVERNO ARRANCA JÁ COM A NOVA PONTE



*O deputado Martinho Gonçalves garante que a JAE está já a tratar da execução da primeira fase, estando previsto um acesso inicial a partir da E.N. 205 (Prado-Soutelo) e para o Verão do próximo ano a adjudicação da obra.*

Págs. 6 / 7

## SANTA CASA INAUGURA 'CAO' PARA DEFICIENTES PROFUNDOS



Mais uma obra importante de que carecia o concelho de Vila Verde, em boa hora e meritoriamente erigida sob a égide de uma figura ímpar no apoio à Terceira Idade, aos mais carenciados e também agora à deficiência - o **Senhor Provedor José Bento Morais Soares.**

Últ. Pág.

Ciganos motivam protesto da Junta de Cabanelas

Cervães volta-se agora para o Santuário do Bom Despacho

Pág. 2

Alto Cávado propõe revisão do Plano Rodoviário 2000

Rendimento Mínimo chega a Oleiros e Cabanelas

Poço provoca morte de jovem mineiro

Pág. 3

Bomba do Bom Retiro sempre está legal

Pág. 4

Justiça aperta o cerco à Câmara

Mandato de António Cerqueira volta ao Supremo Tribunal

Pág. 5

Judiciária investiga acções contra os ciganos de Oleiros

Albertina Dias e Manuela Machado no corta-mato escolar

Pág. 9

Câmara recusa subsídio às Casas do Benfica e do Porto

Pág. 11

D. Vitalino agradece a Oleiros e Parada

Últ. Pág.

## OLHO VIVO

### Se os cães falassem, diriam...



### É BOM VIVER EM PRADO!



## Mais um cavalo na estrada

O súbito e inesperado aparecimento de um cavalo no "estirão" de Cabanelas (E.N. 205 - Prado/Barcelos), volta a estar na origem de mais um aparatoso acidente rodoviário provocador de consideráveis estragos materiais.

João de Sousa Martins Leal, de S. José - Freiriz, circulava no seu automóvel na direcção Cabanelas-Prado quando, às 12.10 horas, lhe surge a meio da recta um cavalo, vindo da berma da faixa de rodagem que ocupava. A colisão é inevitável e de tal forma violenta que o animal foi projectado aereamente de encontro ao Para-brisas de um automóvel pesado que circulava em sentido contrário, conduzido por Alberto Jorge de Oliveira Fernandes, de S. Pedro de Castelões - Vale de Cambra.

O veículo ligeiro ficou com a dianteira seriamente amolgada e, como vem sendo usual, ninguém assume a propriedade do cavalo deste acidente, ainda que se saiba integrar o mesmo a comunidade cigana de Regalde.

## Carro pisa mortalmente criança de ano e meio

Uma criança de 18 meses de idade perdeu a vida no dia 28 de Outubro, no lugar de Salgueiró-Cabanelas, ao ser acidentalmente calcada pelos pneus de um automóvel.

Rosa Maria Carvalho Fernandes, de 31 anos de idade, procedia a uma manobra de marcha-atrás com o intuito de entrar num caminho público quando, inadvertidamente, colhe mortalmente o infeliz Nuno Henrique Rocha de Oliveira.

A criança, filha de Manuel António de Sousa Oliveira e de Maria de Jesus Rocha de Oliveira, residentes naquela freguesia vilaverdense, foi de imediato transportada ao Hospital de S. Marcos, em Braga, onde acabaria por falecer.

## Homem agredido à machadada

No dia 3 de Novembro, em Freiriz, José Salgueiro Gonçalves foi agredido à machadada na sua própria residência cerca das 2 horas da madrugada.

O agredido vive sozinho no lugar de Fujinho e encontrava-se a dormir na sua residência quando recebeu vários golpes de machado nas costas, pernas e cabeça. Já no Hospital de S. Marcos, em Braga, a vítima de tão brutal agressão revelou a identidade do seu agressor: um familiar próximo. À data da edição deste número, José Gonçalves encontrava-se internado naquela unidade hospitalar, correndo sérios riscos de perder os sentidos da visão e da audição.

Esta tentativa de homicídio, segundo apurámos, está relacionada com questões de natureza familiar.

## Cabanelas

# CIGANOS MOTIVAM PROTESTO DA JUNTA DE FREGUESIA

A Junta de Freguesia de Cabanelas mostra-se preocupada com a evolução dos acontecimentos envolvendo a comunidade cigana local, sediada no lugar de Regalde.

Em ofício enviado à Câmara Municipal de Vila Verde e ao Governador Civil de Braga, a autarquia reclama a imediata promoção de apertadas medidas de segurança, mostrando-se temerosa de uma eventual reacção da população nos moldes da recentemente verificada em Oleiros. Já nessa altura, como tivemos oportunidade de informar, se realizaram reuniões de populares de que resultou a elaboração e subscrição de um abaixo-assinado entregue às entidades ora abordadas. Os constantes acidentes rodoviários provocados por cavalos foram então os principais motivadores das movimentações populares de protesto contra o comportamento da comunidade cigana, à mistura com roubos, provocações, ameaças, agressões e tráfico de droga.

Foi então prometido o reforço da vigilância policial e pouco tempo depois tinha lugar uma operação de "limpeza" num dos acampamentos que levou a detenções de indivíduos de etnia cigana e à apreensão de droga e armas, entre variadíssimos outros objectos, supostamente relacionados com tráfico de droga.

Os ânimos serenaram e as movimentações de pretensos consumidores em torno dos acampamentos terão diminuído substancialmente de intensidade, de acordo com o testemunho de populares vizinhos. Mas, como vem sendo habitual, após uns

meses de rescaldo, tudo voltou à normalidade, repetindo-se os protestos da população e agora também declaradamente da Junta de Freguesia, alertando para a sistemática construção de barracas clandestinas e para o aumento do número de ciganos. Lembra-se que já após o afastamento da comunidade cigana de Oleiros, a população de Cabanelas acorreu a Regalde em peso exigindo a saída do indesejado clã de João Garcia, tendo mesmo ateado fogo ao pinheiro onde se localizam os acampamentos chefiados por "Barrigana".

Uma semana após o envio das missivas aos Paços do Concelho e ao Palácio dos Falcões, e dada a persistência de uma indesejada postura de alegado desafio da comunidade cigana, uma delegação de populares encabeçada pelo Presidente da Junta, António Peixoto, deslocou-se à Câmara para apresentar um vasto rol de queixas, aludindo a um pretenso clima de medo e de insegurança. Fizemos o mesmo junto do comando do subposto de Prado da GNR, referindo o autarca que a Junta não se responsabiliza pelo que a população venha a fazer, caso não cessem as provocações e molestatribuídas à comunidade cigana, assim como a exagerada afluência de pessoas estranhas àquele ponto da freguesia. O próprio líder "Barrigana" é acusado de, com uma máquina agrícola, ter invadido uma propriedade alheia e cortado parte do milho, à

mistura com uma tentativa de abuso sexual de uma rapariga de 15 anos atribuída aos seus "familiares" e a comparência de duas crianças na escola com armas de fogo verdadeiras.

### • Penas de prisão para os cinco acusados

Os cinco indivíduos de etnia cigana do acampamento de Regalde que se encontravam em julgamento, acusados de tráfico de estupefacientes, foram todos condenados a penas de prisão que vão desde os 10 anos e meio a 2 anos e meio.

A sentença foi lida no dia 30 de Outubro, no Tribunal do Círculo de Braga, e a maior pena recaiu sobre Romão Garcia, que irá cumprir 10 anos e meio de cadeia por tráfico de droga e posse de arma proibida. Casimiro Garcia e Maria Rosa Simões apanharam 9 anos e Lúcia Monteiro 7 anos e 8 meses, enquanto a anciã Maria Antónia Monteiro foi contemplada em 2 anos e meio, mas viu a pena ser suspensa por quatro anos devido aos seus 74 anos de idade.

A detenção destes cinco condenados ocorreu na sequência da operação da Polícia Judiciária intitulada "Cávado", distribuída por Abril de 1995 e Maio de 1996, que fez afluir de surpresa ao acampamento de "Barrigana" dois consideráveis contingentes policiais, após uma discreta fase preparatória que permitiu concluir que o acampamento abastecia várias dezenas de consumidores de droga.

Depois do restauro da residência paroquial...

# CERVÃES VOLTA-SE PARA O BOM DESPACHO

A paróquia de Cervães vai dedicar o ano pastoral em curso ao restauro e conservação do Santuário da Nossa Senhora do Bom Despacho.

Empreendimento de vulto, dado o adiantado estado de degradação daquele monumental edifício religioso, particularmente da valiosíssima talha barroca que encerra, que se segue à recuperação da arruinada residência paroquial, datada do séc. XVIII, e aos arranjos efectuados na Igreja Paroquial. Muitos milhares de contos terão que ser ali dispendidos e a Comissão do Bom Despacho apenas dispõe à partida de dois mil contos, afirmando o pároco local, Manuel da Rocha, no Editorial do "Mosteiro", boletim paroquial de Cervães, que têm sido solicitados apoios económicos junto de diversas entidades, frustrantemente não conseguidos até à data.

Por isso, a Comissão do Bom Despacho está já a preparar a realização de um cortejo solene de oferendas, previsto para Abril ou Maio de 1997. Para além da recupe-



ração de uma forma tradicional de angariação de fundos, a organização pretende conseguir uma verba que ronde os 10 mil contos, ainda assim insuficiente para o desiderato pretendido, já que só o restauro da talha principal está orçado em 30 mil contos.

No sentido de uma mais eficaz administração do Santuário e do património que lhe está inerente - a quinta da Rosalina -, a Sociedade Civil do Bom Despacho vai passar a ser integrada pelos elementos da Comissão do Bom Despacho, designados para mandatos de 5 anos.

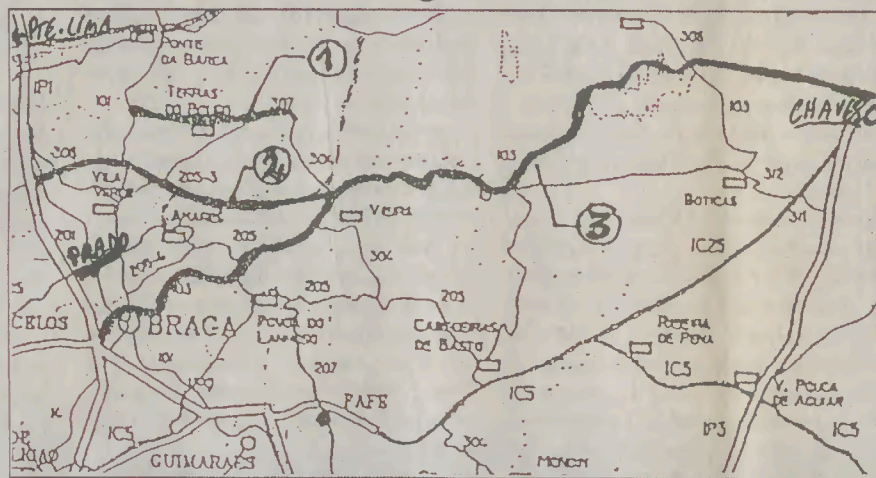
## Plano Rodoviário 2000

# ALTO CÁVADO PROPÕE NOVOS TRAÇADOS

A Câmara Municipal de Vila Verde, na sua reunião do dia 30 de Outubro, tomou conhecimento das alterações ao Plano Rodoviário Nacional 2000 propostas pelo Agrupamento dos Municípios do Alto Cávado.

Os quatro presidentes dos Municípios do Alto Cávado, reunidos no GAT, em Braga, analisaram a proposta da Junta Autónoma de Estradas de revisão do Plano Rodoviário Nacional. Concluíram que a proposta apresentada "não oferece soluções estruturantes para a sua área geográfica, principalmente na sua ligação à Rede Principal, ao litoral e à fronteira, concretamente à rede viária do norte de Espanha". Em alternativa, propõem os quatro Presidentes das Câmaras Municipais do Alto Cávado novos traçados rodoviários e alterações aos propostos, de forma a que sejam tidos em conta na próxima revisão do Plano para o ano 200.

Assim, sugerem o prolongamento do itinerário previsto para o IC 14 para além de Braga, até Chaves, com aproveitamento do traçado da EN 103, dado considerarem que esta via "constituirá um eixo de desenvolvimento fundamental para os municípios do Cávado, tomando o Rio Cávado como o seu eixo estruturante, ligando o litoral à fronteira de Chaves e em particular à rede viária espanhola de Alta



PROPOSTA DE REVISÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO CÁVADO

Capacidade" e que passará a constituir também "a primeira via transversal da Rede Complementar para quem entra na fronteira de Chaves ou de Valença".

Propõem ainda os edis do Alto Cávado a inclusão no Plano Rodoviário Nacional de um novo traçado de estrada com origem no IP 1 (Porto-Valença), nas proximidades do nó dos Corvos-Vila Verde, que faça a ligação ao IC 14/EN 103 (Braga-Chaves), próximo de Vieira do Minho, com passagem pelo concelho de Vila Verde, Amares e/ou Terras de Bouro. É sua convicção que este traçado se assume como fundamental para a região, ao permitir uma ligação mais directa entre as sedes dos concelhos do Alto Cávado e destas à Rede Fundamental e Complementar, ou seja, ao IP 1 e ao IC 14.

Consideram ainda necessário que se contemple a conclusão do traçado projectado para a EN 307, interrompido há já umas décadas na freguesia limiana de Boalhosa, de forma a permitir a ligação entre as sedes dos concelhos de Ponte de Lima e de Terras de Bouro, atravessando a zona noroeste do concelho de Vila Verde. Finalmente, consideraram os representantes dos municípios do Alto Cávado que a desclassificação do troço da EN 308 entre a EN 205, em Figueiredo-Amares, e a fronteira de Portela do Homem, no concelho de Terras de Bouro, é "extremamente gra-vosa" para o Agrupamento, propondo a sua reclassificação, pelo menos para a Rede Regional, "com perfil compatível com o já intenso tráfego de passagem que nela se verifica".

## CÂMARA RECUSA ADJUDICAÇÃO DE OBRA EM CURSO

A maioria dos vereadores da Câmara Municipal de Vila Verde, na reunião de 11 de Novembro, recusou-se a aprovar a adjudicação do arruamento em curso entre a rua Luís de Camões e a Praça do Município, na sede do concelho.

Reunião marcada pela não comparação de António Cerqueira, numa atitude catalogada pela vereação como prepotente, irresponsável e desrespeitadora do executivo, dada a sua conhecida presença nos Paços do Concelho. Os vereadores do PSD, do PS e o "popular" Bento Morais, postos perante um empreendimento já em execução por ordem presidencial, orçado em cerca de 44.700 contos, não aprovaram a sua adjudicação, por considerarem que o Presidente da Câmara excedeu as suas competências e incorreu numa situação de ilegalidade.

A rua, anexa à Igreja Matriz de Vila Verde, tem já o traçado mais ou menos definido sem que tivesse sido realizado e assinado qualquer contrato, frisando a vereação que devido às alterações que vêm sistematicamente sendo operadas no Plano e no Orçamento, a obra não dispõe de dotação orçamental.

Acontece que numa Nota à Im-

prensa, para além de uns considerandos de natureza administrativa e burocrática, António Cerqueira refere que a obra teve início durante a gestão de Bento Morais e que "lá se dispenderam verbas para pagar trabalhos executados, sem que para tal tenha existido qualquer concurso público".

No intuito de solucionar mais este embroglio, até porque a empresa prestadora dos serviços não poderia sair prejudicada, assim como os vilaverdenses, a Câmara, uma semana depois, acabou por decidir, por unanimidade, atribuir competências ao Presidente para

tratar do processo da empreitada em questão, declinando assim qualquer responsabilidade na sua concretização. Numa reunião em que foi também deliberada a aquisição dos terrenos que envolvem o Complexo de Lazer e o Reservatório de Vila Verde, com a área de 30.000 m<sup>2</sup>, pelo valor de 11.880.000 escudos, com a finalidade de proceder à construção de um arruamento que delimita a área anexa àquele Complexo. Foi ainda deliberado atribuir um subsídio de 75 contos à Junta de Freguesia de Rio Mau, destinado à realização da feira anual de S. Martinho.



## Rendimento Mínimo chega a Oleiros e Cabanelas

As constantes visitas do governador Civil do distrito de Braga às freguesias de Oleiros e Cabanelas no contexto da problemática que envolveu a comunidade cigana radicada na primeira daquelas localidades, parece terem tido o condão de sensibilizar Pedro Bacelar Vasconcelos para as extremas carências com que se debatem ali diversas famílias.

O máximo representante governamental no distrito propôs ao Ministério da Solidariedade e Segurança social que contemplasse estas duas freguesias vilaverdenses na aplicação do Rendimento Mínimo Garantido, contando para efeitos de formalização da candidatura com a necessária intervenção da delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa.

Para tanto, o Presidente da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa, Dr. Francisco Alvim, convocou para o dia 5 de Novembro uma reunião, na sede da Junta de Freguesia de Oleiros, destinada à elaboração do processo de candidatura ao projecto piloto experimental e à definição de várias fases do seu lançamento.

E após o Ministro Ferro Rodrigues ter apoiado a candidatura, a Comissão Local levou a efeito uma reunião no dia 18 de Novembro, agora na sede da Junta de Freguesia de Cabanelas, com vista à implementação deste projecto de índole humanitária. Ficou ali decidido que a assistente social da Cruz Vermelha passaria a contactar os candidatos a este benefício social estatal à terça-feira, das 9.30h às 12.30h, a partir do dia 26 de Novembro, em Oleiros, enquanto faria o mesmo em Cabanelas, à sexta-feira, com início a 29 de Novembro, nas respectivas sedes da Junta de Freguesia.

## DREN abre concurso para escola de Moure

A Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) procedeu já à abertura do concurso público relativo à construção da escola do 2º e 3º ciclos de Moure.

Acto, entre outros de similar teor respeitantes ao distrito de Braga, que vem na sequência do despacho nº 88/96, de 19 de Novembro, emanado do gabinete do secretário de estado da administração Educativa, que determina a inclusão do empreendimento no Programa especial de Execução de Escolas dos ensinos básico e secundário. A base de licitação é de 416.481 contos, respeitante à construção e instalação eléctrica, estando estipulado para 14 de Agosto de 1997 o prazo limite para conclusão da primeira fase e para 30 de Março do ano seguinte o da 2ª fase. Os possíveis candidatos à realização da empreitada terão que entregar até 13 de Dezembro as suas propostas, estando marcada para 16 do mesmo mês a sua abertura pública.

Tudo leva a crer, portanto, que a Escola EB 2,3 de Moure entrará já em funcionamento no ano lectivo de 1997/98, beneficiando dos 362.708 contos inscritos no PIDDAC do próximo ano.

Nesse mesmo ano lectivo, a julgar pelo protocolo rubricado em 23 de Julho último pelo Secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme Oliveira Martins, e pelo então Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, Bento Morais, principiará a construção da escola dos mesmos níveis de ensino de Pico de Regalados. Quanto à Escola Básica Integrada de Ribeira de Neiva, orçada em cerca de 300 mil contos, a edilidade assumiu o compromisso da sua execução, competindo apenas ao governo o seu equipamento e gestão.

## Poço provoca morte de jovem mineiro

A minagem de um poço, no lugar de Aldeia-cabanelas, esteve na origem da morte de David Costa Oliveira no dia 19 de Novembro.

O jovem mineiro, de 20 anos de idade, oriundo de Adães-barcelos, procedia à abertura de um poço numa propriedade, auxiliado por José Maria Martins Oliveira, de 15 anos, residente em Barreira - Areias de Vilar, ambos ao serviço do empreiteiro de Adães, Domingos Falcão Gonçalves. O poço já tinha uma profundidade de aproximadamente 16 metros quando, por volta das 14 horas se dá o trágico acidente.

O mais novo dos mineiros encontrava-se à superfície a manobrar a grua, que içava o entulho de mais uma perfuração, quando inesperadamente a corda de aço rebenta. Calcula-se que mais de 200kg se precipitam de imediato na direcção do fundo do poço, onde se encontrava o malgrado David Costa Oliveira.

Aflito, o seu colega corre em busca de socorro na direcção da casa da propriedade, onde se encontram a almoçar o proprietário e Hernani Soares Machado, de Telhado - Famalicão. Este, usando uma corda de sisal, desceu ao fundo do poço para averiguar do estado de saúde de David Oliveira, temendo o pior, já que o mesmo não dava sinal de vida. Entretanto, era solicitada a comparação da Cruz Vermelha de Prado, que acabaria por recorrer aos serviços da corporação dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde, por não dispor de meios técnicos que permitissem a ascensão do acidentado, que apesar de ainda com vida, se encontrava inconsciente.

Por volta das 15 horas, David Oliveira lá acabou por ser transportado para o Hospital de Vila Verde, onde já daria entrada sem vida, apresentando fracturas no braço direito e no pescoço.

## CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

### JUSTIFICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que de fls. 2 a fls. 4 vº, do livro de notas para Escrituras Diversas nº 74-F, deste Cartório, a cargo da Licenciada Maria Natália Almeida Baptista de Lemos, foi lavrada em 14 de Novembro de 1996, uma escritura de Justificação outorgada por:

António Sousa Pereira, natural da freguesia de Coucieiro, deste concelho residente na Avenida de S. José nº 10, rés-do-chão esquerdo - Sacavém, casado com Maria Gabriela Pinto Nunes Pereira sob o regime da comunhão de adquiridos, como justificante, tendo nela declarado o seguinte:

Que é dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrém; do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO RÚSTICO denominado "BOUÇA DA CRUZ", de mato e pinheiros, sítio no lugar do Rego ou Painçais, da freguesia de Sabariz, deste concelho, com a área de 9.100 m<sup>2</sup>, a confrontar do norte com Caminho da Baralha para S. Bento, do sul com José Martins Gama, do nascente com João da Silva Pereira e do poente com Alberto da Silva Pereira, descrito na Conservatória do Registo Predial, deste concelho sob parte do número 31.846 e inscrito na actual matriz predial respectiva sob o artigo 343, com o valor patrimonial de 1.286\$00, a que atribui o valor de 100.000\$00.

Que o referido prédio esteve inscrito na anterior matriz sob o artigo 326, acha-se inscrito na matriz dezoito vinte avos em nome de José da Silva Pereira e dois vinte avos em nome de João da Silva Pereira e na Conservatória do Registo Predial tem registo de transmissão a favor de Joaquim da Silva Pereira, casado, residente no lugar de Real, da freguesia de Barbudo, deste concelho pela inscrição número 8.577, de 23 de Dezembro de 1896.

Que por falecimento daquele Joaquim da Silva Pereira, casado que foi com Maria das Dores Martins, em primeiras núpcias de ambos e sob o regime da comunhão geral, se procedeu a Inventário, cuja partilha foi homologada por sentença de 2 de Outubro de 1949, que devidamente notificada transitou em julgado, no qual o prédio então mais vasto e inscrito sob aquele artigo 326 foi adjudicado em comum e na proporção de onze vinte avos para a então viúva Maria das Dores Martins, sete vinte avos para a filha Deolinda da Silva Pereira e um vinte avos para cada um dos filhos Gaspar da Silva Pereira e José da Silva Pereira.

Por falecimento daquela Maria das Dores Martins, que também usava o nome de Maria das Dores Pinheiro, viúva, procedeu-se a Inventário Obrigatório, cuja partilha foi homologada por sentença de 4

de Dezembro de 1953, que devidamente notificada transitou em julgado, no qual aqueles onze vinte avos do prédio foram adjudicados na proporção de dois vinte avos para cada um dos filhos Alberto da Silva Pereira, João da Silva Pereira e Abílio da Silva Pereira e cinco vinte avos para o filho José da Silva Pereira.

Sucedem que, logo após o referido Inventário, portanto há mais de 40 anos aqueles - Deolinda da Silva Pereira, Gaspar da Silva Pereira, José da Silva Pereira, Alberto da Silva Pereira, João da Silva Pereira e Abílio da Silva Pereira, com os respectivos cônjuges procederam à divisão e demarcação do mesmo prédio, por contrato não reduzido a escrito, ficando aquela Deolinda da Silva Pereira e o José da Silva Pereira com a totalidade do actual artigo 343, na proporção de sete treze avos para a Deolinda e seis treze avos para o José.

Que por morte de Engrácia de Sousa, casada que foi com aquele José da Silva Pereira sob o regime da comunhão geral, procedeu-se a Inventário Obrigatório, cuja partilha foi homologada por sentença de 11 de Julho de 1994, no qual aqueles seis treze avos do prédio foram adjudicados ao filho António de Sousa Pereira - ora justificante.

Que, por óbito da indicada Deolinda da Silva Pereira, dona dos sete treze avos restantes, ocorrido em 24 de Maio de 1958, no lugar do Rego, daquela freguesia de Sabariz, ficou como único e universal herdeiro seu sobrinho - o justificante António de Sousa Pereira, casado, instituído por Testamento, conforme escritura de Habilitação exarada neste Cartório a folhas 52, do livro de notas número Três-C.

Que, não obstante a falta de título formal relativa à divisão supra referida, aqueles Deolinda e José ficaram desde logo a deter e usufruir como autónomo e nas ditas proporções o prédio que agora o justificante se arroga e corresponde ao dito artigo 343, portanto há mais de 40 anos, à vista de toda a gente, sem oposição de ninguém, pagando a respectiva contribuição, fruindo-o e dele extraindo todas as utilidades e proveitos com ânimo de quem é dono numa posse pacífica, pública e contínua, pelo que por meio dessa posse, o teriam adquirido por usucapião, que invoca para efeitos de registo na Conservatória.

#### ESTÁ CONFORME.

Cartório Notarial de Vila Verde, 18 de Novembro de 1996.

A Escriturária Superior,  
(Isabel Maria da Cunha Faria  
de Lira Duarte)

## Bomba de gasolina do Bom Retiro

# TRIBUNAL CONSIDERA ILEGAIS OS EMBARGOS DA CÂMARA

O Tribunal Administrativo do Círculo do Porto (TAP) acaba de dar razão à sociedade "Petroverde - Petróleos de Vila Verde, Lda." no diferendo que mantinha com a Câmara Municipal quanto à legalidade da construção da bomba de gasolina no Largo do Bom Retiro na sede do concelho.

O accórdão do TAP considera ilegais os despachos camarários de embargo e consequentemente a posterior ordem de demolição, já que atribui à Junta Autónoma de Estradas a competência para o licenciamento do posto de abastecimento de combustíveis. Precisamente o argumento defendido pelos sócios gestores do mesmo, José Joaquim Faria dos Santos e Manuel António Alves Araújo, desde o início da contenda, que remonta a Setembro de 1995, pelo facto de a bomba se encontrar face a uma estrada nacional (101 - Braga/Ponte da Barca).

Ora, a JAE concedeu então autorização, assim como todos os organismos competentes, incluindo a Delegação Regional de Energia, Sustentando ainda a sociedade que a Câmara terá emitido inicialmente um parecer de viabilidade. O posterior não licenciamento das obras foi justificado com a aprovação,

numa reunião camarária de Março de 1995, de um estudo urbanístico para o congestionado largo do Bom Retiro, que previa a execução de uma rotunda que colidia com a bomba em construção.

A verdade é que a sociedade ignorou os embargos e, após uma construção relâmpago, em 30 de Setembro de 1995, a bomba estava aberta ao público. Seguiram-se a correspondente contraordenação social e ordem de demolição por parte da Câmara, com o TAP a dar agora, mais de um ano depois, razão à Petroverde, não se sabendo ainda se a edilidade irá recorrer da decisão.

Decisão que não deixa de causar um certo embaraço à JAE, que aprovou o projecto camarário para a rotunda e recentemente indeferiu um pedido de publicidade solicitado pela Petroverde com a alusão de que a bomba se encontrava em situação ilegal.

ação ilegal.

Tudo indica, por isso, que a execução do projectado estudo urbanístico para aquela zona terá que passar por um acordo entre a Petroverde e a Câmara Municipal. Refira-se, entretanto, que o caso desta bomba sucedeu a dois outros de estruturas do mesmo ramo, os postos de Portela do Vade e de Pedome, também envolvidos em densa polémica quanto à sua legalidade, dada a existência de choques de interesses e a consequente alusão a pretensos aliciamentos chorudos e/ou alegada corrupção junto da edilidade para favorecimento de uns em prejuízo de outros. Em todos estes casos houve mais concorrentes que acabaram por ser preteridos, que acusam a gestão "popular" de ter optado pelos que apresentam pior situação, inclusivé no que concerne à localização.



## AGRADECIMENTO

JOSÉ PEREIRA DE BRITO

Cristina da Costa Brito e filhos agradecem a todas as pessoas que prestaram a última homenagem a José Pereira de Brito. Com os maiores sentimentos.

## CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

### JUSTIFICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que de fls. 32 a fls. 33 vº, do livro de notas para escrituras diversas nº 74-A, deste Cartório, a cargo da notária Lic. Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 14 de Novembro de 1996, uma escritura de justificação outorgada por:

MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA PEREIRA, solteira, maior, natural da freguesia de Coucieiro, deste concelho, onde reside no lugar da Veiga; e,

JOÃO DE SOUSA PEREIRA, casado com Maria da Conceição Batista Lima Pereira, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da dita freguesia de Coucieiro, onde reside no lugar da Veiga, como justificantes, tendo nela declarado o seguinte:

Que são donos e legítimos possuidores em comum e na proporção de metade indivisa para cada um e com exclusão de outrém, do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO URBANO "CASAS TORRES com um pavimento e três divisões", sítio no lugar da Veiga, da dita freguesia de Coucieiro, com a superfície coberta de 72 m<sup>2</sup> e descoberta de 700 m<sup>2</sup>, a confrontar do norte com José Maria Teixeira, do

nascente com a Estrada, do sul com Ana Teixeira e do poente com Domingos Mouta Pimentel, construído no descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho sob o nº 43.376, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 40, com o valor patrimonial de 14.025\$00, a que atribuem o valor de 100.000\$00.

Que o dito prédio se acha inscrito na matriz em nome de José da Silva Pereira e na Conservatória do Registo Predial deste concelho em nome de António Adelino Azevedo Faria, casado, residente no lugar da Veiga daquela freguesia de Coucieiro, pela inscrição nº 12.414 de 12 de Novembro de 1921.

Que o mesmo prédio foi adjudicado em comum aos justificantes no inventário obrigatório por óbito da mãe Engrácia de Sousa, casada que foi com José da Silva Pereira - titular inscrito na matriz, em primeiras núpcias de ambos e sob o regime da comunhão geral, cuja partilha foi homologada por sentença de 11 de Julho de 1994, que devidamente notificada transitou em julgado, conforme verifiquei por certidão passada pela Secretaria Judicial desta comarca em 17 de Janeiro findo, que me foi exibida.

Que, por sua vez aquele José da

Silva Pereira, casado, adquiriu o referido prédio a João da Silva Pereira e mulher Alzira Martins Tinoco, residentes no lugar do Arinho, da freguesia de Sabariz, deste concelho por escritura de Compra e Venda exarada em 19 de Abril de 1940, a folhas 15, do livro de notas 143, do notário que foi deste concelho João Augusto Figueiredo Sampaio e Melo.

Que, eles justificantes ignoram o modo aquele João da Silva Pereira e mulher Alzira Martins Tinoco, adquiriram o referido prédio, sendo contudo certo que eles justificantes por si e antecessores já o possuem há mais de 50, detendo-o, fruindo-o como coisa sua, com o conhecimento e à vista de toda a gente, sem oposição de ninguém, sem violência e sem interrupção no tempo, pelo que por meio dessa posse o terão adquirido por usucapião, que expressamente invocam para efeitos de registo na Conservatória.

#### ESTÁ CONFORME.

Cartório Notarial de Vila Verde, 18 de Novembro de 1996.

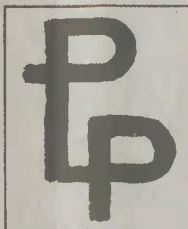
A 1ª AJUDANTE,  
(Berta Maria Gonçalves  
Guimarães Rodrigues da Silva)

## PASTELARIA S. SEBASTIÃO

FABRICO DIÁRIO DE PASTELARIA FINA

BOLOS DE NOIVA - BAPTIZADOS  
COMUNHÕES - ANIVERSÁRIOS

PRADO - TELEF. 921657  
4730 VILA VERDE



PICHELARIA PINTO

A. J. Alves Pinto e Filhos, Lda

Aquecimentos Centrais

S. Sebastião - Prado (S.ta Maria) - 4730 Vila Verde  
Telefs.: Escrit.: 921085 - Resid.: 32535

CANALIZAÇÕES

PISCINAS

Acumulam-se as suspeições e acusações à gestão "popular"

# JUSTIÇA APERTA O CERCO À CÂMARA

A Câmara Municipal de Vila Verde, particularmente na pessoa do seu presidente, António Cerqueira, está atolada de investigações e inspecções resultantes de acusações e suspeições de uma gestão "duvidosa e fraudulenta".

Areentrada de António Cerqueira para a presidência da edilidade provocou a previsível erupção de um clima de intensa conflituosidade no seio dos Paços do Concelho, que tem redundado no despoletamento de processos e até queixas-crime contra o edil, deposto durante dois anos por decisão administrativa. A vida pública de António Cerqueira complicou-se a partir da altura em que operou uma reorganização dos serviços municipais, procedendo, entre outras, à exoneração do jurista Carlos Oliveira de Director do Departamento de Administração, passando-o para Chefe da Divisão Jurídica.

O jurista, indignado com a despromoção de que foi alvo, que mereceu igualmente o repúdio do executivo camarário, sob a alegação de "perseguição e vingança pessoal", retaliou com a denúncia, junto da Polícia Judiciária e do Ministério Público, de pretensas ilegalidades cometidas por António Cerqueira. Do vasto rol de acusações, a que já se reportava um panfleto anónimo feito circular em anterior período de campanha eleitoral, consta a não abertura de concursos públicos e auscultação do executivo camarário para contratação de máquinas, prestação de serviços e fornecimento de material; o uso de meios humanos e materiais da Câmara em benefício próprio; a falsificação de documentos e a realização de pagamentos e celebração de contratos com familiares; e ainda actos de corrupção e de extorsão junto de empreiteiros locais para licenciamento de obras. Situações já reveladas por alguns funcionários, ex-funcionários da Câmara e membros de partidos da oposição aquando do processo que levou à perda do mandato do edil em 1994.

Não se atemorizou Carlos Oliveira com a alegada ameaça de António Cerqueira que o envolveria nos "erros administrativos" cometidos, afirmando claramente

— António Cerqueira acusado de corrupção, extorsão e uso dos meios camarários em benefício próprio.

que, juntamente com um ex-funcionário da Câmara, viu o empreiteiro do loteamento que levou à perda do mandato do edil, entregar-lhe 9 mil contos para que o licenciasse, acrescentando que tal procedimento foi prática corrente durante o seu "reinado".

E as queixas estendem-se também à pretensa utilização por parte do presidente de funcionários da Câmara de vários ramos de actividade na realização de serviços, até com direito a horas extraordinárias, nas suas quintas de Cabanelas e Atiães e numa casa da família em Mós, com especial referência a um motorista da viatura presidencial que terá alegadamente exercido a função de feitor das propriedades presidenciais, para além da utilização indevida de máquinas e materiais nessa mesmas propriedades particulares. E é apontado também o usufruto em benefício próprio e de familiares da produção de uma quinta da autarquia em Lanhas, com as despesas a serem suportadas pelos cofres municipais.

Na sequência destas participações do Dr. Carlos Oliveira, ameaçado de processo disciplinar pelo Presidente da Câmara, tanto a Inspeção da Polícia Judiciária de Braga como a delegada do Ministério Público em serviço no Tribunal de Vila Verde estão já a investigar a gestão camarária. Com um mandato do Tribunal, foram levados para o Palácio da Justiça vilaverdense, no dia 22 de Novembro, documentos da secção da contabilidade da Câmara referentes à actividade autárquica no ano em curso, desenvolvida sob a presidência de Bento Morais, de Janeiro a Julho, e daí em diante por António Cerqueira.

Este autarca aguarda uma decisão ao recurso por si apresentado junto do Supremo Tribunal Administrativo, na sequência de nova sentença de perda de mandato, e aguarda o julgamento relativo ao caso do Presidente da Junta de Prado S. Miguel, em que é acusado de falsificação de documentos, bur-

la e abuso de poderes (ver em peças próprias).

## • IGAT investiga gestão camarária

Mas António Cerqueira não está somente a braços com investigações judiciais, também a Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT) se deslocou aos Paços do Concelho, após a aprovação de uma proposta social-democrata pelo executivo camarário, para averiguar da legitimidade de pagamentos realizados nos últimos anos por António Cerqueira a empreiteiros pelo aluguer de máquinas, num total de mais de 100 mil contos.

Pagamentos que envolvem o empreiteiro Joaquim da Silva Vilas Boas, genro de António Cerqueira, pelo que, sustentam os vereadores "laranja", o edil terá infringido a lei das incompatibilidades dos titulares de cargos políticos, mesmo após um parecer da CCRN ter alertado para isso; daí que a denúncia tenha igualmente sido encaminhada para a Procuradoria Geral da República. Da Inspeção-Geral da Administração do Território pretendem os social-democratas que se apure a existência ou não de qualquer contrato assinado entre a Câmara e Joaquim Vilas Boas em Matéria de prestação de serviços, duvidando seriamente da sua existência, para além de não concordarem com a não realização de concursos públicos determinados na lei para certos fornecimentos de materiais e aluguer de maquinaria.

Enão se ficaram por aqui os pedidos de solicitação da intervenção do IGAT por parte do executivo camarário, já que em Esqueiros existe um loteamento não licenciado em que se encontram casas construídas com licença camarária. Trata-se de um processo já com uma década de existência, mostrando-se os moradores agastados com a sua não resolução, visto que continuam a debater-se com a inexistência das indispensáveis infraestruturas, como caminhos, electricidade e água pública.

Caso do Presidente da Junta de Prado S. Miguel

# CERQUEIRA ESCAPA DE NOVO AO JULGAMENTO

Ainda não foi desta que o Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, António Cerqueira, foi julgado pelas acusações de burla, falsificação de documentos e abuso de poderes que sobre si impendem.

O julgamento, marcado para 5 de Dezembro, vai já no sexto adiamento, desta feita resultado da ausência do mediador de seguros Armando Pereira, por doença, confirmada por uma patrulha da GNR

que se deslocou à residência do arguido por ordem do Tribunal. Este, juntamente com três funcionários e o Presidente da Câmara, é visado pelo Ministério Público num processo em que o ex-Presidente da Junta de Freguesia de Prado S. Miguel, Adelino Barbosa, foi transformado em funcionário da Câmara na sequência de um acidente de trabalho ao serviço da autarquia, de que resultou o

esmagamento de um pé, no dia de Março de 1993. A alegada fraude tinha por finalidade tornar o ex-autarca beneficiário de uma indemnização, que chegou a receber, no valor de 600 contos, e de uma pensão de invalidez.

O julgamento está agora marcado para o dia 20 de Fevereiro do próximo ano, não sendo de supor que dessa feita possa ocorrer a decisão de um novo adiamento.

Exonerações na Câmara Municipal

# ANMP DÁ RAZÃO A CERQUEIRA

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) acaba de emitir um parecer em que considera legítimas as novas nomeações operadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde no quadro de pessoal da edilidade.

Portanto, de acordo com esta Associação não há nada a opor às exonerações em lugares de chefia no seio da Câmara, recriminados pela maioria do executivo camarário, sobretudo pelo ex-presidente Bento Morais. Este vereador, durante muitos anos o braço direito de António Cerqueira, chegou mesmo a apresentar uma proposta de anulação dos despachos presidenciais, que acabou por não ir a discussão em reunião camarária e que, após este parecer da ANMP, Bento Morais já não está mesmo interessado em que tal aconteça.

Insatisfeito com o teor da informação da ANMP, designadamente por não se pronunciar sobre o que lhe foi solicitado nem contemplar a opinião de um jurista "consagrado e independente", para além de não estar assinada, Bento Morais requereu junto do Tribunal Administrativo do Porto a anulação do despacho em que António Cerqueira procede à despromoção dos anteriores chefes dos serviços municipais. Acresce que uma das visadas foi precisamente a sua esposa, chefe da Repartição Financeira há já 20 anos, por efeito de um concurso público, numa atitude interpretada como retaliação pelo facto de Bento Morais ter destituído a filha de António Cerqueira da assessoria da presidência, enquanto presidiu aos destinos concelhios, de Outubro de 1994 a Julho de 1996.

Mas a exoneração que mais celeuma causou foi a do Dr. Manuel Carlos de Oliveira, despromovido da categoria de Director do Departamento de Administração Geral para Chefe da Divisão Jurídica. O jurista não aceitou calmamente a decisão presidencial, considerando-a ilegal e resultado de perseguição e vingança pessoal, requerendo ao próprio presidente a revogação do seu despacho de 10 de Outubro.

A verdade é que, segundo a ANMP, um erro numa data, cometido por Bento Morais, tornou possível a decisão de António Cerqueira. No âmbito da reestruturação orgânica dos serviços municipais, publicada no Diário da República de 1 de Julho de 1996, Bento Morais nomeou vários dirigentes em Regime de Comissão de Serviço, entre eles o Dr. Carlos Oliveira, através de um despacho datado do mesmo dia da publicação legal. Ora, segundo a ANMP, Bento Morais contrariou o disposto no artigo 34º do Regulamento da Nova Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Vila Verde, que refere que a mesma só entra em vigor um dia após a sua publicação (2 de Julho).

Portanto, o despacho de nomeação de Bento Morais deveria estar datado de 2 de Julho, ou então sendo de 1 de Julho deveria ressaltar a repercussão de efeitos a partir do dia seguinte, o que não terá alegadamente acontecido, inclusivé no dia 29 de Julho, altura da tomada de posse formal. Daí que António Cerqueira tenha podido invalidar as nomeações de Bento Morais e procedido a outras, entre elas a do Dr. Carlos Oliveira como Chefe da Divisão Jurídica.

Perda de mandato ainda em aberto

# ANTÓNIO CERQUEIRA VOLTA AO SUPREMO TRIBUNAL

Afinal, o Tribunal Administrativo do Círculo do Porto (TAP) sempre admitiu o recurso apresentado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, António Cerqueira, à renovada sentença de perda de mandato pronunciada no início do pretérito mês de outubro.

Apesar das dúvidas que ainda persistem em alguns sectores quanto à legalidade da reassunção de funções por parte do edil, sustentadas na opinião de que o mesmo deveria ter aguardado que a magistratura se pronunciasse sobre a aplicabilidade da nova lei da tutela administrativa para as autarquias, o Supremo Tribunal Administrativo (STA) vai reapreciar o "dossier" das acusações atribuídas a António Cerqueira à luz da nova legislação. Acusações que se prendem sobretudo com o licenciamento de um loteamento localizado na sede do concelho de Vila Verde, entre a rua da Misericórdia e a D. Nuno Álvares Pereira, que a Inspeção-Geral de Administração do Território considerou ilegal, entre outras infracções também ali praticadas com o consentimento do Presidente da Câmara, que levaram ao seu afastamento do cargo de Outubro de 1994 a Agosto deste ano.

A nova lei da tutela administrativa permitiu a sua reentrada, visto aguardar ainda uma decisão ao recurso apresentado junto do Tribunal constitucional, após o STA ter confirmado a sentença do TAP. Com a publicação da nova lei, o advogado de António Cerqueira solicita que o processo baixasse à fase de instrução, mas o TAP confirmou a sentença que haveria proferido anteriormente, pelo que o edil volta a correr sérios riscos de ter que abandonar os Paços do Concelho por ordem judicial, caso o Supremo volte a dar razão ao Tribunal Administrativo. Decisão que, tudo indica, será tomada a breve trecho, atendendo ao cariz de urgência de que se reveste a conclusão deste, dada a proximidade das eleições para as autarquias.

Prossegue a luta pela nova ponte de Prado

# UTENTES EXIGEM DATAS E VERBAS

Afinal, a Comissão de Utentes da velha ponte de Prado não se deixou impressionar pelo anúncio do deputado Martinho Gonçalves de que a nova ponte sobre o rio Cávado sempre iria integrar o PIDDAC de 1997.

A comunicação à Imprensa do deputado socialista vilaverdense, intitulada *"O sonho vai tornar-se realidade"*, divulgada no dia 8 de Novembro, não impediu a realização da concentração/manifestação da população no dia 10 de Novembro. Apesar da ameaça de chuva e da garantia da disponibilidade governamental para arrancar com o empreendimento em 1997, muitas centenas de populares não quiseram deixar de marcar presença na Praça Comendador Sousa Lima, junto à ancestral ponte filipina, para vincar de forma bem clara *"Estamos fartos de promessas!"*.

Foi ali improvisada uma cabine de som pela Comissão de Utentes, de onde foram sendo pronunciadas palavras de ordem e endereçado o convite para que as pessoas subcrevessem uma moção a enviar aos organismos competentes. Nela se considera que a construção da nova estrutura, *"reconhecidamente um factor essencial para o desenvolvimento estratégico do Concelho de Vila Verde"*, é uma



ponte, que interrompeu a circulação rodoviária durante cerca de uma hora.

## • Trânsito cortado

Por volta das 16 horas, de forma espontânea, a população começou a invadir a EN 201, dirigindo-se em massa para cima da ponte, interrompendo a circulação rodoviária e clamando em coro por uma nova ponte.

Situação prevista pelos agentes da autoridade, que no cruzamento do lugar do Bom Sucesso, na Vila de Prado, e no entroncamento da marginal do lado de Braga, orientavam

correr de uma reunião da Comissão de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente, no âmbito da discussão do Orçamento de Estado na Assembleia da República, de que o Governador iria *"arrancar com o empreendimento em 1997"*.

Martinho Gonçalves, elogiado pelo Presidente da Câmara António Cerqueira por estar a desenvolver *"todos os esforços por tudo o que constitua engrandecimento e desenvolvimento deste concelho"*, reafirmou a sua intenção de, em sede de debate na especialidade do Orçamento do Estado na Assembleia da República, apresentar uma proposta de alteração do PIDDAC no sentido da transferência de uma verba do sector de Conservação Periódica para o programa de Modernização da Rede Complementar, onde o projecto da ponte poderá ser incluído. Asseverou o jurista que quando o Orçamento for aprovado, em meados de Dezembro, a construção da nova ponte estará definitivamente assegurada.

Afirmando não se justificar o corte de estrada ocorrido, Martinho Gonçalves aludiu ao facto de *"nos últimos 20 anos, no concelho de Vila Verde, não se investiu tanto dinheiro como o que está previsto no PIDDAC do ano que vem, com a maior parte desse investimento a recair sobre esta zona do concelho: novo Centro de Saúde e Posto da GNR em Prado; nova escola em Moura; vamos ter um Lar de Idosos em Prado; o Clube Náutico vai ser ampliado... Acho, por isso, que não há razões objectivas de queixa deste Governo."*

## • Arranque com apenas uma faixa de rodagem

Não plenamente satisfeita com tais garantias e argumentos, a Comissão de Utentes da Ponte entregou pessoalmente a Moção subscrita por mais de 2 mil pessoas ao Governador Civil de Braga, que concedeu uma audiência a uma delegação no Palácio dos Falcões no dia 22 de Novembro.

Pedro Bacelar Vasconcelos, revelando que as manifestações populares tiveram o condão de sensibilizar o Governo para o problema, mostrou-se convicto de que o arranque da construção da nova ponte

será uma realidade em 1997. Porém, Manuel Carvalho e Celestino Gonçalves

fizeram-lhe ver que as suas acções reivindicativas só terminarão quando obtiverem um sinal claro e inequívoco de que as obras sempre arrancam no próximo ano, juntamente com a definição da previsão da sua conclusão e dos montantes a disponibilizar para tal efeito.

É que a obra esteve já inscrita em PIDDAC, foi aberto concurso público para a sua adjudicação, mas a dotação orçamental que lhe cabia acabou por ser retirada para a estrada Braga-Póvoa de Lanhoso por influência do deputado Amândio Oliveira, tudo isto na era Cavaco Silva, tendo o Governo socialista de António Guterres anulado o concurso sob a alegação da excessiva onerosidade do projecto global (7 milhões de contos).

E logo que a Comissão tomou conhecimento que a proposta de alteração do PIDDAC do próximo ano, subscrita pelos deputados Martinho Gonçalves (PS), Fernando Pereira (PSD), Manuel Monteiro (PP) e José Calçada (PCP), apresentada na Assembleia da República em 26 de Novembro, contemplava uma verba de apenas 100 mil contos, considerada *"completamente ridícula"*, enviou uma carta aos presidentes da Assembleia da República e dos grupos parlamentares, ao Ministro João Cravinho e ao Governador Civil. Sustentam os Utentes que com verbas deste tipo a nova ponte, orçada em perto de 2 milhões de contos, nunca deixará de ser uma promessa adiada, pelo que apelam à necessidade de que seja garantida a sua conclusão até 1999, dado constituir uma absoluta prioridade.

Nesse mesmo dia, o Presidente da Câmara, António Cerqueira, e o deputado Martinho Gonçalves foram recebidos em Lisboa pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, Crisóstomo Teixeira, que voltou a garantir que as obras da construção da ponte irão avançar em 1997. Porém, três dias depois, Miguel Macedo, outro deputado da Assembleia da República eleito pelo círculo de Braga integrando a lista do PSD, referiu em conferência de Imprensa que este governante teria

dito dias antes na Assembleia da República que não podia garantir o avanço da obra no próximo ano.

Quanto às variantes às EN's 101 e 201 em território do concelho de Vila Verde (ligação da ponte à E.N. 201, com saída no lugar do Portelo-Prado, e outra à E.N. 101, com saída à entrada de Vila Verde), Crisóstomo Teixeira relega-as para 1998, comunicando ao edil e ao deputado que a ligação à nova ponte se processará temporariamente a partir da EN 205 (Soutelo-Prado), para o que emitirá nesse mesmo dia um despacho interno para a JAE para que desencadeasse todos os procedimentos necessários. Despacho em que se dá então conta do *"ajustamento do projecto de execução para uma faixa de rodagem com ligação provisória à E.N. 205, como primeira fase"*. Enquanto isso, refere o mesmo despacho governamental, será levada a cabo a *"preparação dos concursos (ponte e variante) para lançamento logo que concluídos os ajustamentos do projecto"*.

## • Verba de 100 mil contos é "ridícula"

Entretanto, a Comissão de Utentes e a população, reuniram na noite de 30 de Novembro, e continuando a revelar incredulidade quanto às reais intenções governamentais, inclusivé quanto à dimensão da nova estrutura (o projecto inicial aponta para 4 faixas), convocaram para o dia 8 de Dezembro nova concentração/manifestação.

No dia 3 de Dezembro, na votação da comissão parlamentar de Economia, Finanças e Plano, foi aprovada a proposta de alteração do PIDDAC a que já aludimos, que aponta para uma dotação de 100 mil contos para o ano de 1997, em detrimento de outras que apontavam para verbas superiores (300 e 500 mil contos).

Facto que levou os comunistas bracarenses, logo no dia seguinte, a culpar os socialistas e "populares" pela inviabilização das propostas

(Continua na pág. seguinte)

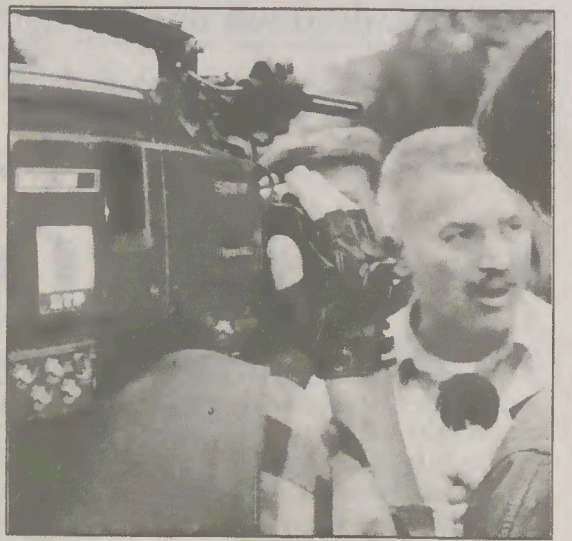


promessa que vem sendo sistematicamente adiada de há 40 anos a esta parte, não obstante terem já sido dispendidos milhares de contos na expropriação dos terrenos necessários. Por isso se declara na Moção a exigência de que *"o governo se pronuncie clara e oficialmente até ao fim do mês de Novembro não só quanto à inclusão da obra no PIDDAC/97, como quanto ao valor das verbas a atribuir e à data prevista para o início e fim da mesma"*.

Manuel Carvalho, porta-voz da Comissão de Utentes, revelou-nos que necessário se torna continuar a "pressionar" os órgãos do poder no sentido de "pôr o preto no branco", dado que o que existe para já é "apenas mais uma promessa", até porque as acções já desencadeadas, conviu, já surtiram algum efeito. Referia-se à primeira reunião de populares realizada no dia 31 de Outubro, onde foi constituída a Comissão e que terminou com a primeira manifestação em cima da

## • Maior investimento dos últimos 20 anos

Presente no local esteve o deputado nacional Martinho Gonçalves, que, concordando que as pessoas façam sentir as suas reivindicações, desde que justas e de forma pacífica, reiterou a garantia dada pelo Ministro João Cravinho e pelo Secretário de Estado Crisóstomo Teixeira, no de-



Tentar "furar" custou-lhe um farol partido e uns valentes abanões.

(Cont. da pág. anterior)  
maioritárias, que no seu entender seriam as que melhor serviriam os interesses da região, ao permitir o arranque imediato da obra, embora parecendo esquecer que o seu representante parlamentar José Calçada subscreveu a proposta dos 100 mil contos. Não deixam contudo os comunistas de sublinhar que o não alcance de uma solução sólida e credível e a ocorrência dos avanços e recuos em todo este processo se fica a dever à passividade dos Órgãos autárquicos locais.

Referir-se-iam com toda a certeza à Junta e Assembleia de Freguesia de Prado, de quem, pasme-se, não se conhece qualquer dili-

gência ou tomada de posição declarada e significativa em prol da satisfação dos legítimos anseios da sacrificada população. Acresce que o Secretário da Junta aparece agora em plena fase de contestação, pretendendo assumir algum protagonismo, atitude por muitos, os mais esclarecidos e atentos, interpretada como desastrosa e inconveniente forma de evidenciar o pessoal gratuita, que de forma alguma poderá neste momento pretensamente atenuar e/ou camuflar as mais do que patentes indiferença e apatia que o órgão autárquico em questão incrível e recriminavelmente tem evidenciado.

## "Processo da nova ponte de Prado já arrancou"

— Garantiu o deputado Martinho Gonçalves na manifestação do dia 8 de Dezembro.

Valeu a pena uma vez mais adiar a edição deste mensário, já que, em plena manifestação do dia 8 de Dezembro, em que uma vez mais umas centenas largas de manifestantes, desta feita empunhando cartazes e bandeiras pretas, ocuparam a



EN 201 desde a estrada marginal até ao cruzamento do Bom Sucesso, o deputado Martinho Gonçalves garantiu à população que "o processo da nova ponte de Prado já arrancou, começou no dia 26 de Novembro".

Foi nessa altura que, como já referimos, o Secretário de Estado das Obras Públicas, Crisóstomo Teixeira, enviou o despacho à Junta Autónoma de Estradas (JAE) para que procedesse de imediato aos também já aludidos ajustamentos ao projecto existente. O deputado informou ter-se dirigido à JAE, onde lhe terão garantido estar já uma equipa a trabalhar no ajustamento ao projecto. É que, afirmou, "o Governo entende que para que o fluxo de trânsito circulasse desde já com maior rapidez se iria proceder numa primeira fase à construção da (meia) ponte e da variante para Braga e de uma ligação da ponte à E.N. 205 (Prado-Soutelo) e numa segunda fase serão feitas as variantes às EN's 201 e 101, conforme estava previsto, ficando Prado a ganhar com isto, já que ficará com mais um acesso à ponte que não estava previsto no projecto inicial".

Afirmou ainda o parlamentar vilaverdense que "a partir daqui o Governo garante não perder um único dia nisto. E se nalgum período resolver atrasar estas fases - ajustamento, lançamento do concurso e adjudicação da obra -, serei eu o primeiro a denunciá-lo".

Quanto a prazos, Martinho Gonçalves esclareceu que se trata de um concurso internacional e que calcula que lá para depois do Verão a obra esteja adjudicada, vincando que "os 100 mil contos não querem dizer nada, porque quando for preciso mais dinheiro ele aparecerá, até porque sobraram uns milhões de contos do PIDDAC de 1996 que poderão vir a ser usados neste projecto".

E concluiu: "Tenho tanta certeza que o Governo não nos anda a iludir que, até para quem tem receio que eu esteja a fazer isto para me candidatar à Câmara, garanto que se até Dezembro do próximo ano, altura das Autárquicas, isto não estiver com uma resolução à vista, ou seja, com a obra já a avançar, o meu nome não entrará em lista alguma do Partido Socialista no concelho de Vila Verde".

## Repartição de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública

# NOVAS INSTALAÇÕES MOTIVAM INQUÉRITO DO GOVERNO

A inauguração das novas instalações destinadas à Repartição de Finanças e à Tesouraria da Fazenda Pública do concelho de Vila Verde, levada a efeito no fim da manhã do dia 25 de Novembro, ficou marcada pela não comparência do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Santos.

Quando se deslocava para a sede do concelho para presidir à cerimónia de inauguração das modernas e funcionais instalações, sitas na rua da Misericórdia, aquele governante terá sido alertado pelo deputado Martinho Gonçalves e pelo Governador Civil do distrito de Braga, Pedro Bacelar Vasconcelos, para as suspeições de ilegalidade que continuam a recair sobre o prédio em que se encontram, que levou à perda do mandato do presidente da edilidade, António Cerqueira, em 1994. Perante tal revelação, o Secretário de Estado recuou nas suas intenções e acabou por não se apresentar em Vila Verde, anunciando a intenção de fazer despoletar a abertura de um inquérito governamental ao processo de aluguer das instalações inauguradas.

No entanto, fez-se representar pelo Director-Geral das Contribuições e Impostos, José Gomes Pedro, que acabou por presidir à cerimónia, acompanhado dos directores distritais das Finanças de Braga e do Porto. Ainda que louvando as excelentes condições de que os funcionários daqueles serviços estatais irão finalmente poder usufruir e necessariamente os contribuintes locais, o Director das Finanças de Braga, Teixeira Borges, não deixou de lembrar ao Presidente da Câmara, António Cerqueira, o processo de despejo a que a edilidade submeteu aquelas repartições no início desta década.

Parece pois pouco provável que venham a dar entrada nos cofres municipais os cerca de 20 mil contos que já Bento Morais reivindicara junto do Ministro das Finanças, Sousa Franco, relativos ao pagamento das rendas das instalações provisórias desde 1992. Recorde-se que nessa altura, os responsáveis pelas Finanças e Tesouraria vilaverdenses viram-se forçados a abandonar os antigos Paços do Concelho para que prosseguissem as obras de recuperação do edifício, iniciadas em 1988, com vista à instalação da hoje Biblioteca Professor Machado Vilela.

O processo de despejo esteve longe de ser pacífico e após um período de funcionamento dos serviços numa "roulotte", o Director Distrital ameaçou transferir as repartições para a cidade de Braga, alegando falta de condições de funcionamento. A população e os autarcas



vilaverdenses reagiram contra tal possibilidade e a Câmara acabou por se ver forçada a albergar na Avenida António Sérgio aqueles que despejara, custeando a diferença do valor do aluguer. A Direcção-Geral das Contribuições e Impostos continuava a dispendir mensalmente menos de 35 contos, enquanto a edilidade tinha que pagar 250 contos ao proprietário do edifício onde passava a funcionar a repartição de Finanças e 100 contos à "Caviver", Cooperativa Agrícola de Vila Verde, para onde foi a Tesouraria.

Seguiu-se um prolongado processo de pesquisa, por parte de responsáveis das Finanças estatais, do local adequado à instalação condigna das repartições em questão, a funcionar precariamente mas a absorver uma apreciável fatia do orçamento municipal. A preferência acabou por recair, calcule-se, no rés-do-chão do edifício do empreiteiro Manuel Araújo que esteve na origem da perda de mandato do Presidente da Câmara Municipal, António Cerqueira, consumada em 1994. Decisão tomada pelo Tribunal Administrativo do Porto e confirmada posteriormente pelo Supremo com base na revelação pela Inspeção-Geral de Administração do Território de que o edil autorizara a construção do imóvel sem que tivesse sido despoletado o exigível processo legal de loteamento, entre outras irregularidades apontadas num extenso relatório.

Ainda no tempo do ministro social-democrata Eduardo Catroga, foi assinado um contrato com o empreiteiro arrendatário, que se responsabilizava pela realização das necessárias adaptações nas novas instalações contra o reembolso de perto de 900 contos por mês, que vinha auferindo a partir de Junho de 1995. Até que, por alegados erros na medição das instalações da Tesouraria, o contrato foi revalidado, já na era socialista, cifrando-se actualmente as rendas

num total próximo dos 800 contos (quase 500 contos das Finanças e mais de 300 da Tesouraria). Mas também todo este processo foi atribuído, já que a determinada altura a Câmara embargou as obras de adaptação das alas destinadas às repartições em questão, exigindo a realização e apresentação do respectivo projecto, o que acabou por se traduzir no atraso de um ano da inauguração das novas instalações.

### • "Esbanejamento de dinheiros públicos"

Numa Nota à Comunicação Social, a Comissão Política de Vila Verde do Partido Socialista, ainda que congratulando-se com "mais um acontecimento de relevo na nossa vida colectiva", considera que a localização das novas instalações "não é a mais adequada, situando-se muito longe do centro da vila e das restantes repartições públicas, obrigando os utentes a uma perda de tempo desnecessária".

Protestam ainda os socialistas contra o montante da renda mensal que o Estado está a pagar, tido como "manifestamente excessivo para os valores do mercado e constitui um verdadeiro escândalo e um desbaratar de dinheiros públicos", quando, referem, "sabemos que se colocavam na altura outras opções para a sua localização, designadamente no centro da vila e a custos menos elevados e cujos proprietários ainda hoje aguardam uma resposta à sua proposta".

Aludindo à pretensa ilegalidade que presidiu à construção de todo o imóvel, possível por um alegado acto de corrupção em investigação envolvendo António Cerqueira e o empreiteiro, o PS define todo este processo como "pouco transparente e consubstanciador de um esbanjamento de dinheiros públicos". Entendem, por isso, "que se justifica a realização de um inquérito ao modo como os serviços do Ministério conduziram e decidiram todo este processo".



## FOTOVILA

Reportagens em: FOTOGRAFIA E VIDEO

Paulo Sousa

R. João Macedo da Cunha — Telef. 324 384 — 4730 VILA VERDE

## TONYMEC - TM

Especializado em Fiat e Toyota  
Reparações Mecânicas

Frente ao Cemitério • Vila de Prado • Telef. 923802

OFICINA  
AUTO



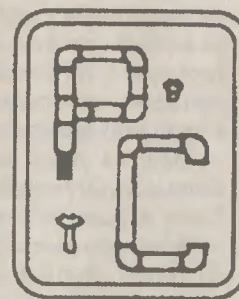
**FÁBRICA DE BORDADOS REGIONAIS**  
ARTIGOS DE ARTESANATO EM LINHO  
MINHO - PORTUGAL

*Maria Helena Dantas, L.da*  
**EXPORTADORES**

Variedade de linhos, Toalhas de Mesa, Jogos à Americana,  
Tabuleiros, Sacas, Guardanapos, Artigos com renda, etc.

Reposteiros e cortinados, colchas coroa-de-rei e estilo  
antigo, naperons decorativos, palas, abat-jours

SEDE E FÁBRICA - Lugar da Fuzelha - PRADO (S.ta Maria)  
Telefs. - 922247 / 922269 - Fax 921869  
AGORA COM LOJA COMERCIAL - Lugar do Outeiro - PRADO (S.ta Maria)  
Telef. 921001 4730 Vila Verde



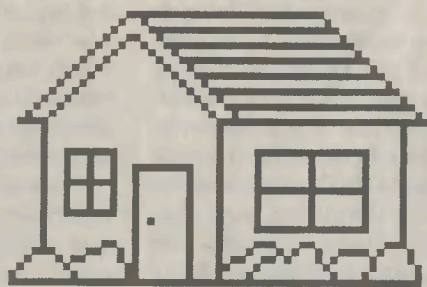
**PICHELARIA CÁVADO, L.DA**

*AQUECIMENTO CENTRAL*

*ESTUDO E MONTAGENS*

*PISCINAS E BOMBAS*

BOM SUCESSO - PRADO - TELEF. 921593 - FAX 922646  
4730 VILA VERDE



CONSTRUÇÕES DE  
*João Pereira de Macedo*

Compra e venda de propriedades  
Vivendas e apartamentos  
Escritórios - Estab. Comerciais - Quintas - Lotes  
para construção - Venda e aluguer de armazéns

CONTACTE:  
Escritório: Av. da Liberdade, 498 1º Esq. - 4700 BRAGA - Telefs. 26535/  
77318  
Residência: Prado (S.ta Maria) - Vila Verde - Tel. 921319

**ESCOLA DE CONDUÇÃO**

***VERDE MINHO***

GERÊNCIA DE: *JOSÉ FERREIRA & FONTES*

Trata de toda a documentação p/ condutores e  
automóveis

Formação e atendimento rápido para emigrantes

- Ligeiros
- Pesados
- Motociclos

PRADO - Telef. Escola 921215 - Resid. 71552 - 4730 Vila Verde



# JUDICIÁRIA INVESTIGA ACÇÕES CONTRA OS CIGANOS

A Polícia Judiciária tem andado nas freguesias de Oleiros, Cabanelas e Cervães a investigar os acontecimentos ocorridos durante as manifestações populares de repulsa pela presença da comunidade cigana expulsa da primeira daquelas localidades.

Ao que apurámos, várias pessoas foram interrogadas, tudo levando a crer que se pretende averiguar os excessos cometidos e os responsáveis pelos mesmos. Recordar-se que na altura o Governador Civil de Braga, Pedro Bacelar Vasconcelos, se mostrou indignado com o comportamento das populações, recriando actos por si considerados "arruaceiros, racistas e xenófobos", apresentando queixa contra incertos pelo seu cometimento, visto ter, inclusivé, sido ameaçado e até agredido fisicamente e verbalmente maltratado por ter vindo em defesa da indesejada comunidade.

Ainda este mês, mais precisamente no dia 8 de Novembro, também a Associação "SOS Racismo" apresentou junto da Procuradoria Geral da República queixas-crime contra os presidentes da Câmara Municipal de Vila Verde, das Juntas de Freguesia de Oleiros e Cabanelas e ainda contra incertos, acusando-os de discriminação racial. A "SOS Racismo" havia organizado um colóquio em Braga, como tivemos ocasião de noticiar, para análise e reflexão dos acontecimentos que motivaram a saída da comunidade cigana de João Garcia do concelho de Vila Verde. Iniciativa



que contou com a presença do Governador Civil e do próprio João Garcia, a que não compareceu o então Presidente da Câmara, Bento Morais, tendo as povoações envolvidas sido acusadas, sem ter quem as representasse, de racistas e xenófobas, o que provocou a indignação de forças políticas concelhias.

Forças que aludiam ao tráfico de droga como principal móbil da reacção popular, mas que a "SOS Racismo" parece recusar a aceitar ao referir que as atitudes racistas têm sido sempre "branqueadas por acusações de tráfico de droga, nunca provadas, e na esmagadora maioria dos casos sem qualquer fundamento". Teremos que concordar plenamente com a alegação do deputado Martinho Gonçalves de que esta organização desconhece quase por completo o contexto em que se en-

quadra toda esta complexa problemática, que necessitava de tudo menos de mais extremismos e radicalizações perfeitamente despropositadas, com que, porventura à minguada de criatividade, eventualmente se pretendeu assinalar o Dia Internacional contra o Fascismo e o Anti-Semitismo.

Já esta edição estava na recta final, quando lemos no "Diário do Minho" que a PSP de Braga havia detido um cigano, no dia 29 de Novembro, naquela cidade, por se fazer conduzir numa motorizada roubada e por se encontrar na posse de uma arma de guerra, calibre 7,65 mm. Trata-se de um jovem de 19 anos, de alcunha "Barrigana", pertencente precisamente à ex-comunidade cigana de Oleiros, agora provisoriamente radicada em Briteiros-Guimarães.

Com a presença de Albertina Dias  
e Manuela Machado...

## VILA VERDE REEDITA CORTA-MATO ESCOLAR



No passado dia 29 de Novembro decorreu mais um corta-mato escolar em Vila Verde.

O Campo Desportivo do Vilaverdense F. C. acolheu um considerável número de entusiásticos participantes das escolas EB 2,3 e Secundária da sede concelhia, que deram o máximo do seu esforço para levarem a bom porto o desejo



de participar e chegar até ao fim com a melhor classificação possível. Afinal de contas, não estava em causa qualquer título, mas antes um salutar convívio e a prática de uma actividade desportiva recheada de pergaminhos no nosso país.

A comprová-lo, lá estavam as campeoníssimas Manuela Machado e Albertina Dias, dois nomes sonantes

do atletismo a nível mundial que, no âmbito de uma campanha publicitária da multi-nacional Coca-cola, responderam positivamente a um convite da organização do evento desportivo. Aquela manhã de atletismo foi ainda contemplada com um sol radiante que encheu de cor e animação o bem cuidado recinto desportivo do Vilaverdense.

## Dinheiro falso, assaltos, posse de droga...

No mês de Novembro, entre os habituais assaltos e capturas por posse de estupefacientes, a GNR da Vila de Prado, agora comandada por um sargento, procedeu à apreensão de três mil contos em moeda falsa.

A acção policial teve lugar no dia 13 de Novembro, na Veiga de Cabanelas, por volta das 3 horas da madrugada. Uma patrulha andava em ronda esuspeitou da presença em local tão inóspito de uma viatura estacionada. Abordados os seus ocupantes e revistado o automóvel, os agentes da G.N.R. acabaram por encontrar uma avultada quantia em dinheiro de cunho português, espanhol e norte-americano, para além de armas.

Dinheiro que foi apreendido por se suspeitar da sua legitimidade, acabando por se confirmar posteriormente a sua falsidade. O dinheiro apreendido repartia-se entre notas de 10, 5, 2 e mil escudos e algumas pesetas, para além de alguns dólares verdadeiros, provindo os seus detentores da zona de Barcelos.

Esta acção veio engordar o "dossier" do banditismo desta região, a par de mais uma série de assaltos e de detenções por posse de droga.

## Donas Elviras exibem-se em Vila Verde



Mais de duas dezenas de automóveis antigos puderam ser apreciados entre nós no dia 3 de Novembro.

As idosas e sempre deslumbrantes relíquias anteriores à década de 60, das marcas Austin, Dodge, Rover, Fiat, entre outras, concentraram-se defronte dos Paços do Concelho a meio da manhã, seguindo depois para a quinta do Hospital, na freguesia de Prado S. Miguel, onde decorreu uma prova vespertina de ginca.

O evento terminou com a entrega de prémios aos proprietários dos veículos que obtiveram melhores prestações, atendendo aos critérios tempo conseguido/antiguidade.

## Novas Oportunidades para as Mulheres

A Escola Profissional Amar Terra Verde está a desenvolver um projecto que visa a inclusão e integração da mulher no mundo do trabalho.

O projecto - "Au Plus Tôt l'Emploi" -, da Iniciativa Emprego - eixo NOW, é co-financiado pelo FSE, FEDER e pelo Orçamento da Segurança Social. Entre as actividades integrantes do projecto constam duas acções de formação com a duração de 500 horas, nas áreas de Burótica e Turismo Rural, a criação de um Telecentro e a implementação de estratégias facilitadoras da integração no mercado de trabalho ou da criação do próprio emprego.

Esta iniciativa está a ser desenvolvida em parceria com a "Société Européenne de Formation" - Cannes-França, a "Addictional Skills Company" - Dundee-Escócia e "Ajuntamento de Torre Pacheco" - Múrcia-Espanha.

MÓVEIS EM TODOS OS ESTILOS

MÓVEIS

J. GOMES

João da Silva Gomes

LUGAR DO PORTELO — VILA DE PRADO  
TELEF. 92 21 68 — 4730 VILA VERDE



## ESTRELA DE PARIS

**Moda Feminina**

Importado directamente de PARIS

Exclusivos, Lingerie, Bijuteria Fantasia,

Perfumes de Marca e

Acessórios.

*Novas colecções todas as semanas.*

Lugar do Pontido • Quinta da Botica, nº 67  
Vila de Prado • 4730 VILA VERDE

## Júlio F. Gonçalves



Fabricante  
de Candeeiros

Armazém de Louças

Artigos de Decoração

Brinquedos

Lugar do Monte - Oleiros - PRADO - Telef. / Fax (053) 922332 - 4730 Vila Verde



Comércio de Máquinas  
e Alfaias Agrícolas, L.da

*Gerência de Abel José Mota Alves*

Stand e Exposição  
VILA VERDE

Escritório  
Talhós - Pico de Regalados  
Telef. 32289

4730 VILA VERDE

Representante das Máquinas Agrícolas  
INTERNACIONAL CASE - PASQUALI  
COMPRA E VENDA DE MÁQUINAS USADAS

## APARÍCIO & FILHOS, L.DA

EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS

SEDE: PRADO (S.TA MARIA) - 4730 VILA VERDE

ESCRITÓRIO - TELEF. 921112  
FAX 923977

EXECUÇÃO DE:

URBANIZAÇÕES  
PAVIMENTAÇÕES  
TERRAPLENAGENS  
SANEAMENTO BÁSICO, ETC.

COMPRA E VENDA DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO

VENDA DE APARTAMENTOS

CENTRAL DE BRITAGEM - LANHAS - VILA VERDE - TELEF. 311435

**FIAT**

*Francisco Rosas & Macedo, L.da*



REPRESENTANTES PARA O  
CONCELHO DE VILA VERDE  
DAS MARCAS

**FIAT E LANCIA**



Rua Dr. Francisco A. Gonçalves - VILA DE PRADO

Telefone 921580

4730 Vila Verde





Gabinete de Contabilidade de Prado

METRÓPOLE  
SEGUROS

AGENTE  
PRINCIPAL  
★★★★★

ESCRITAS

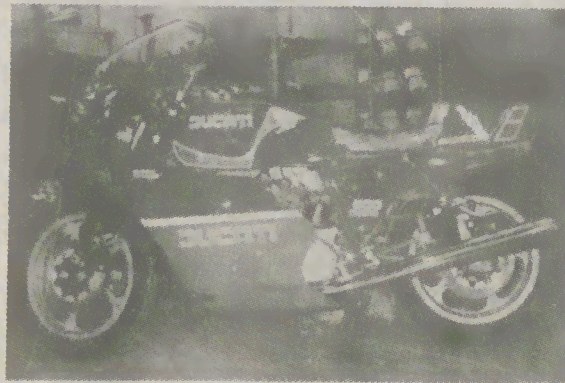
ZURICH  
LIFE



Lugar do Pontido - VILA DE PRADO - Telef. 921398/Telefax 922762  
4730 Vila Verde

MBM

Manuel Barbosa & Macedo, L.da  
ARMAZENISTAS - DISTRIBUIDORES



Motorizadas Sachs - Casal - Famel  
Macal - Motos Cagiva - Ducati  
Husquevarna - Scooters Suzuki  
Yamaha - Honda - Bicycletas  
Acessórios e Reparações  
Agente Oficial Lubrificantes ESSO

Rua Francisco Lopes Ferraz, 45  
PRADO - Telef. 921185  
4730 Vila Verde

GALERIAS CARLIM



MODA  
JOVEM

Armandino Araújo Carvalho

Rua Francisco Lopes Ferraz, nº 10 - Telef. 921621 - PRADO

Se tem Problemas de Visão  
a

ÓPTICA DE PRADO

Deve Visitar

Marcações de Consultas

Médico Oftalmologista

Óculos de Sol

Lentes e Armações  
de Marcas Consagradas



LARGO S. SEBASTIÃO — EDIF. BOM SUCESSO — LOJA 1  
TELEF. 92 18 94 — PRADO — 4730 VILA VERDE



Fábrica de Confeccões Leather, Lda

CONFECÇÃO EM COURO E ANTÍLOPE

SEDE: Lugar do Faial - PRADO  
Telefs. 921102 / 921845 / 921155 / 921148  
Telex 32258 LEATHRP - Apartado 9 Telefax 921154  
4730 VILA VERDE - PORTUGAL

# LURDES DIEGUES EXPÕE NA BIBLIOTECA MUNICIPAL

A pintora pradense Lurdes de Jesus Diegues expõe na Biblioteca Professor Machado Vilela, em Vila Verde, de 15 de Novembro a 6 de Dezembro.

A artista nasceu em Bragança, em 1940, viveu 18 anos em Moçambique, na cidade da Beira, tendo regressado em 1974 e após ter vivido na cidade de Setúbal até 1990, radicou-se na Vila de Prado.

A qualidade da sua pintura, que prima por um cativante e envolvente romantismo, segundo o vereador da Educação da Câmara Municipal de Vila Verde, José da Mota Alves, obteve reconhecimento junto da Sociedade Nacional de Belas Artes, assim como do Parque da Curia, onde promoveu exposições individuais. De acordo com a mesma fonte, também na cidade moçambicana da Beira, uma das melhores casas de decoração expunha em regime de permanência as suas criações.

## CARTA AO DIRECTOR

"Exmo. Senhor Director de "O Jornal da Vila de Prado" nº114 de 31 de Agosto findo e com o título "Domingos Silva actualiza monografia de Leonídio", o autor da local me desculpe mas errou ao finalizar a notícia com o nome de Domingos Silva, o que significa que foi este o autor da referida notícia, o que não corresponde à verdade, a pavonear-se e a auto-titular-se. Se ele, autor do trabalho, ao terminar a notícia se identificasse, até o meu nome ao fim do poema estava certo.

Do facto e telefonicamente dei conhecimento a V. Ex.<sup>a</sup>, que se prontificou a fazer o reparo no número seguinte, o que não aconteceu, por esquecimento, creio.

Caso esta carta seja publicada, não carece de outra justificação. Muito obrigado."

Domingos Silva

## EVOCACÃO

Rondando as figuras do passado  
Dum Prado, berço d'almas d'eleição,  
Sentimos irromper do túmulo um brado  
De quem à Terra doara o coração!

Cantavam nesse outrora não distante  
As margens de Celano em trinados.  
Eram crianças postas em palanque,  
Eram colossos oh, nunca igualados!

Aonde estão os homens desta Terra  
Que fora jardim d'almas, berço em flor?  
Aonde estão os bravos duma guerra  
P'lo bem, pela bondade, pelo amor?

O que é feito de Ti, meu doce Prado,  
'Squecido mesmo pelos que são Teus?!

Eu oiço esse brado angustioso,  
O impulso clamoroso, aliciente:  
Construí um Prado lindo, mais viçoso,  
arder nas ambições do seu descante!

Quisera eu ir ao trono majestoso  
D'outrora, ao teu lugar franco e cimeiro;  
Quisera eu ser comparsa fiel, glorioso  
Do jovem, Teu mais jovem pioneiro!

Jazem no túmulo os homens que o fizeram:  
Padre Araújo, Professor Teixeira...  
Leguemos aos vindouros nomes que erram  
Cantando em prol da Terra Feiticeira.

Depois morrer, ó sim, morrer cantando  
As glórias duma Terra alvinente  
Doar-te o coração, tomar rezando  
E descansar em ti eternamente!!!

LARIM, OUTONO 96

## À MINHA TERRA

Santa Maria de Prado  
Meu Berço feito Luar  
Anda a sonhar com o mar  
O rio ao beijar-te os pés  
Santa Maria de Prado  
Como encantadora és!

Refrão  
Ó Vila,  
Minha doce esperança, meu Altar  
Princesa  
De tantos os meus sonhos d'embalar  
Em ti  
Oíço em melodias vindas do além  
A voz terna, a voz pura  
De minha santa Mãe!

Santa Maria de Prado  
"Minha saudosa barquinha"  
Saudade e tristeza minha  
Cheia d'encanto e beleza  
Santa Maria de Prado  
Minha saudosa Princesa.

## SONETO DE NATAL

Nasce Jesus na manjedoura fria,  
Filho de Rei que não conhece berço!  
Desce dos Céus o filho de Maria,  
O Redentor dos homens, do Universo!

Filho de Deus, vem redimir o mundo,  
Das faltas cometidas no Eden;  
Traz nos seus lábios um sorriso, escudo-  
-Herança Celestial da Virgem Mãe.

Ó meu Menino, meu Senhor, meu Rei,  
Incute na minh'alma a tua Lei  
E vem fazer do mundo um paraíso!

Porque caminho só e indeciso,  
Tomaí meu coração puro, indiviso,  
Senhor, para ser digno de tal rei!

LARIM,  
DEZEMBRO 1995

GOTA D'ORVALHO  
(D. Silva)

## AO SABOR DO TEMPO

• José Fernandes da Silva



### QUEM SOU EU?

Para uma obra muito notável e meritória, pois me apelidaram bondoso apóstolo das "Casas do Gaiato" e do "Património dos Pobres", cheguei ao mundo no ano de 1887, em Paço de Sousa, no distrito do Porto. No dia 16 de Julho de 1956, de regresso à minha terra natal, fui vítima de um brutal acidente de automóvel, sendo internado no Hospital de Santo António, onde, pouco depois, tive o derradeiro hábito.

Ordenei-me padre e, ao meu sacerdócio activo, eficiente e realizador, se deve a criação de inúmeras "Casas", destinadas a recuperar os rapazes da rua, abandonados à miséria e ao vício.

Todos consideram que eu fui um Homem grande, porque tornei grande a vida dos outros. Reconheci essa grandeza em todos aqueles que são postos à margem da sociedade e que não têm de seu mais do que a dignidade de serem pessoas e filhos de Deus.

Deixei intermináveis textos, plenos de uma transbordante solidariedade humana e de um fluente e rico Português. Ali desfilam casos tocantes, que, cinquenta anos decorridos, continuam actuais - casos de gente que vive a pobreza no mais desesperado limite, condenam a máscara das aparências, colocando-os diante de pessoas despojadas de tudo, a quem se deve o respeito pelo seu direito de propriedade, para serem pessoas em toda a sua total dimensão.

Visitei os bairros de lata; conduzi desesperados, presos, vagabundos, muitos seres que julgavam que nada valiam e eram o escárnio dos outros - quantos encontrei e pude encaminhar para as minhas casas, onde receberam (mais do que o pão) o amor, a fraternidade, a compreensão, um abrigo, uma palavra sempre muito amiga e a preparação e o incentivo para singrar na vida.

A minha obra estendeu-se a todos os necessitados a quem eu podia acudir. Preocuparam-me as crianças, os idosos e os doentes e, tantas e tantas vezes com o perigo do contágio de enfermidades mortíferas, nunca deixei de visitar e apoiar os que esperavam de mim um bálsamo para o seu sofrimento.

Vivi com a pobreza à minha volta, razão porque todos muito gostavam de mim. Amei ricos e pobres, mas estes inundaram-me sempre o coração:

- "Senhor, a bênção dos Pobres à hora da minha morte!"  
Padre Américo Monteiro de Aguiar.

### CURIOSIDADES

**Cães mudos** - Na China existe um imposto por se ter cão. O governo acha que é um absurdo, num país tão populoso, gastar-se

quinze milhões de toneladas de comida para cães. Para não chamar a atenção e conseguir passar despercebido à fiscalização, há donos de cães que mandam operar os animais e tirar-lhes as cordas vocais. É horrível!

**A Zebra** - À primeira vista, as zebras podem parecer todas iguais. No entanto, cada zebra tem o seu próprio "modelo" de listas, tal como os seres humanos têm impressões digitais. As diferenças podem notar-se, em especial, nos flancos traseiros do animal. Um veterinário que estudou o assunto acabou por conseguir identificar mais de 1100 animais pelos desenhos das suas listas.

**O Caranguejo** - Caranguejo é um nome usado, de um modo geral, para todos os crustáceos decápodes braquíferos tanto de água salgada como doce.

Ele tem cinco pares de pernas e o abdómen dobrado.

São quase 4500 espécies.

Tem câmaras branquiais com abertura bastante reduzida, que funcionam como pulmões quando estão fora da água.

Os caranguejos fazem a limpeza no fundo das águas, umas em águas rasas, outras em águas profundas. Movem-se devagar e de lado (não recuando, como habitualmente se diz).

Os caranguejos reproduzem-se através de ovos de onde nascem larvas. Até ficar adulta a larva passa por vários estágios (1 - ovo; 2 - zoea; 3 - megalopa; 4 - jovem).

### HUMOR

- O que levas nesses sacos, dentro da carroça?  
- Milho. - Responde o carroceiro

muito baixinho.

- E por que falas assim tão baixo?

- É para o cavalo não ouvir...

Professor.  
- Táxi leva acento ou não?

Aluno: - Claro que leva; senão, os passageiros tinham que ir de pé.

Entre amigos:

- O tabaco só te prejudica. Se não fumasses podias ter um bom carro.

- E tu, fumas?

- Nem um cigarro, Deus me livre!  
- Então, porque é que andas a pé?

### DUAS FÁBULAS

#### I — DISCO DA RAPOSA

O corvo é uma ave muito feia, mas gosta que lhe digam o contrário. Ora uma vez caçou (feliz fadário), um pequeno coelho para a ceia.

Veio a raposa, só de manhas cheia, e pôs-se a desfiar um tal rosário de elogios ao bicho, qual calvário encantador, de que não há ideia...

Tanto o gabou, de forma convincente, que, grato, abriu o bico, sorridente, e deixou escapar-se-lhe o petisco,

que a matreira acolheu no seu focinho... E, quando já seguia p'lo caminho, sentia-se orgulhosa por tal disco!

#### II — CONFISSÃO DE UM LOBO

Conta uma fábula que certo dia se foi um lobo reconciliar. E, muito humilde, quase a soluçar, aos pés do confessor, na sacristia,

começou por dizer que se sentia triste, por tantas reses dizimar e na vida a maldade praticar. Por isso, arrependido, prometia

procurar não cair em tentação e nas horas difíceis ter cautela... No adro berra uma infeliz ovelha.

Ele interroga o padre e afina a orelha:  
- "Já me encontro absolvido?" - "Ainda não..."  
- "Deixe, então, que eu devore mais aquela!!"  
José Fernandes da Silva

## CONCERTO DE NATAL VILA DE PRADO (IGREJA NOVA) 28.DEZ.96 / 21.00h



Organizado por  
ASSANES - GRUPO CORAL (Vila de Prado)  
Direção Artística: Prof. José Carlos Azavedo  
← Apoios

### JÁ ABRIU

## SALÃO DE ESTÉTICA E BELEZA

# ROSÁRIO

Rua Francisco Lopes Ferraz, 1º / Sala 1 — Telef. 92 31 98  
Vila de Prado — 4730 VILA VERDE

## D. VITALINO AGRADECE A OLEIROS E PARADA

O Bispo Auxiliar do Patriarcado de Lisboa, D. António Vitalino Dantas, esteve presente em Oleiros e Parada de Gatim para agradecer aos paroquianos destas duas localidades as atenções que lhe dispensaram aquando da sua ordenação.

O evento, recorde-se, teve lugar no dia 29 de Setembro, no Mosteiro dos Jerónimos, e contou com a presença de duas delegações de habitantes daquelas duas localidades vilaverdenses, que, através de dádivas simbólicas e de palavras de reconhecimento, homenagearam o sacerdote carmelita natural de Oleiros. D. Vitalino prometeu agradecer o sensibilizador gesto com uma deslocação ao Norte, o que acabou por acontecer no dia 3 de Novembro, dia do seu aniversário. O novo Bispo Auxiliar de Lisboa foi recebido com toda a pompa e circunstância e com muito entusiasmo e indisfarçável orgulho pelos seus



conterrâneos, tendo celebrado missa em ambas as paróquias.

## O DIA DE NATAL

Quando mais logo, do alto da torre sineira, caírem as badaladas da meia noite, será celebrado o nascimento de Jesus. As famílias reunidas à volta da toalha alva de neve, comungarão na alegria de uma alvorada de amor e fraternidade humana.

Milagre de amor e fraternidade, o natal é comunhão perfeita de almas, no simbolismo do nascimento do Redentor.

Hora de alegria e de esperança, de comunhão e fraternidade, hora sublime de renúncias e de propósitos, é o encontro dos homens consigo próprios, no mais profundo significado de si mesmos.

Esbatem-se os rancores, diluem-se as invejas, esquecem-se as ambições, queimam-se os ódios na fogueira do amor que incendeia na alma as sarças do mal e do infortúnio.

É hora de comunhão, é hora de encontro, é hora de diálogo. É a meia noite da nossa fraternidade.

É o encontro de todos os homens dispersos por todo o mundo cristão.

À mesa de cada família, está viva e presente a família inteira. Presentes nas mãos que se estendem nos gestos rituais da ceia em comum e presente nas ausências dos que a vida empurrou aos caminhos de outro destino.

Ressurreição de esperanças, o natal é uma comunhão dos homens com deus, um encontro fraterno com os próprios homens.

No tegúrio mais modesto, na mansarda mais sombria, no palácio mais sumptuoso, em toda a parte onde um homem viva, e nele a semelhança exacta e perfeita de deus, um clarão de luz iluminará a sua esperança.

É neste milagre de bondade, de amor, de esperança e de fraternidade, que o Natal atinge o seu mais profundo significado. É neste compartilhar de alegrias e de sofrimentos, nesta humanização redentora do próprio homem, que vive a mensagem sublime do Natal.

Mais logo, quando as doze badaladas de bronze cortarem a noite, o mundo inteiro vai encontrar-se a si mesmo no desencontro de todos os seus caminhos. Em toda a parte onde um homem existe e um soldado vele nos

cárcezes, nos hospitais, nas maternidades, nos caminhos do céu ou do mar. No faíscar cristalino duma lágrima, no suspiro suave de uma agonia, no primeiro vagido de uma vida, no grito de dor de um enfermo, no alerta firme de um soldado, no murmúrio duma voz, no tudo e no nada de cada gesto, existirá a suprema afirmação duma esperança e o calor ardente de um desejo; a PAZ. Uma paz que derrame pelos caminhos desterra, que inunde a alma deste povo, que leve os soldados aos seus quarteis, e às suas casas, que conduza os homens à doce tranquilidade dos seus lares.

Uma paz que se consubstancie dum esforço comum e na comunhão perfeita de um mesmo ideal.

Perdão, amor e PAZ.

Perdão para todos os crimes, amor para todos os corações, e Paz para todos os homens.

Paz na terra portuguesa. Paz para todos os homens da terra.

GLÓRIA A DEUS NAS ALTURAS. PAZ NA TERRA.

Loureiro

## CAO para deficientes profundos

# SANTA CASA INAUGURA INSTALAÇÕES

No passado dia 30 de Novembro, o concelho de Vila Verde deu um memorável salto qualitativo em matéria de acção social. A Santa Casa da Misericórdia promoveu a cerimónia de inauguração das instalações do Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) para deficientes profundos, presidida pelo Secretário de Estado da Segurança Social, Fernando Ribeiro Mendes, a que se juntaram importantes individualidades, entre as quais o Comissário Regional do Norte Contra a Pobreza, Feliciano Ramos, e o Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, o Padre Vítor Milfícias.

O Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde, Prof. José Bento Morais Soares, na sua alocução, começou por referir que "a Santa Casa da misericórdia vive hoje um momento de glória". Bento Soares exaltaria então a extraordinária acção das santas Casas e do Estado em prol dos mais desfavorecidos, no caso vertente na protecção e apoio a deficientes profundos oriundos de famílias profundamente carenciadas, que por força da necessidade de procurarem no labor extra-domiciliário o parco sustento dos filhos, acabam por votar os deficientes a uma triste clausura nas suas desconfortáveis casas.

Sobre a importância do evento, o Provedor da Santa Casa sublinharia que "hoje estes cidadãos encontram aqui na Misericórdia um mundo novo de convívio, de ocupação, de bem estar, de respeito pela condição de deficiente, de protecção e fraternidade. Os pais já respiram melhor, já programam as coisas de maneira diferente, não vivem só em função do filho ou filhos, já que a Santa Casa partilha com eles os seus problemas."

Também o trabalho desenvolvido pela Técnica da Segurança social de Braga a actuar na área do concelho de Vila Verde mereceu honras de destaque, porquanto, no dizer de José Bento Soares, lhe coube o papel de sensibilizar a Santa Casa para a premência de levar a cabo um projecto desta natureza e assim fazer face a uma gritante lacuna do concelho.

Depois de um breve mas elucidativo historial da notável obra desenvolvida pela Santa Casa de Vila Verde desde 1944, ano da sua



O Provedor Bento Soares usando da palavra.

formação, o Provedor esclareceria que estão a acolher 10 deficientes profundos, prevendo-se um acréscimo de dois em 1997, e faria um alerta ao Secretário de Estado sobre as enormes dificuldades com que se debatem para fazer face às principais carências do concelho na área da acção social, embora seja certo que a Santa Casa é uma "Instituição viva e actuante", bem como inconformista, num meio assolado por problemas como a desertificação, onde "a facha etária dos mais de 60 anos quase absorve o tecido social e humano." A existência de idosos num estado de quase completa dependência, muitos mesmo acamados, é uma realidade que a Santa Casa bem conhece mas nem por isso deixa de sentir angústia por estar limitada nos meios e recursos de que dispõe para lhes fazer face. Daí o reconhecimento do arrojo que constitui a aceitação de desafios como a retoma hospitalar e o propósito de levantar um "equipamento onde Segurança Social, Saúde e Misericórdia possam acolher estes cidadãos que toda a vida foi de dádiva e trabalho e agora têm o direito à protecção humanitária na sua fase terminal." A comprová-lo, já se candidataram ao PIDDAC de 98 "para que uma estrutura nova dê dignidade à vida e à morte."

O Secretário de Estado Ribeiro Mendes reconheceu a legitimidade das inquietações do Provedor da Santa Casa de Vila Verde e comprometeu-se a tudo fazer para canalizar esforços em ordem à resolução dos mais prementes problemas de Vila Verde em matéria de acção

social, sublinhando mesmo que a solidariedade social é uma importante vertente da actual acção governativa, daí a forte aposta no rendimento mínimo, já extensivo a este concelho. Ribeiro Mendes revelaria também que o governo está a estudar empenhadamente a criação de equipamentos e sistemas de apoio para cidadãos deficientes com mais de 50 anos.

Particularmente sensibilizado com esta problemática, o Comissário Regional do Norte da Luta Contra a Pobreza vaticinaria que o isolamento e abandono de deficientes adultos poderá vir a tornar-se, a breve trecho, num grave problema social, com especial incidência nos meios urbanos. Também as dificuldades com que se debatem a grande maioria dos deficientes, mormente no meio rural, por falta de condições de mobilidade no interior das suas casas, motivou um apelo de Feliciano Ramos ao Secretário de Estado com vista a que o governo, com a colaboração das Instituições de solidariedade social possa planear e viabilizar obras de adaptação dessas mesmas casas.

Em mais uma das suas abordagens bastante didácticas e reveladoras de uma especial sensibilidade para os problemas de índole social, o Padre Vítor Milfícias começaria por enfatizar que o papel de proporcionar ao próximo condições para uma existência condigna cabe a cada um de nós, sendo de crucial importância concorrermos para a criação de uma sociedade mais humanizada. O reconhecimento da preciosa obra da Santa Casa no sentido do cumprimento desse desiderato, foi assinalado por Vítor Milfícias com a entrega a José Bento Soares de uma estampa com a imagem da Senhora das Misericórdias.

Também o Professor Mota Alves, representante da Câmara Municipal de Vila Verde, se congratularia com este inolvidável passo da Santa Casa em ordem à promoção da condição humana dos deficientes, seguindo-se a benção das novas instalações pelo Arcebispo Primaz, D. Eurico Dias Nogueira e as individualidades presentes puderam observar *in loco* obras da autoria dos deficientes do novo CAO.



### JORNAL DA VILA DE PRADO

DIRECTOR: Alfredo Pedrosa

CHEFE DE REDACÇÃO: Jorge Pedrosa

CORPO REDACTORIAL: António Adelino Silva; António Zamith Rosas; João Ribeiro Pereira; João Macedo

COLABORADORES: José Fernandes (Freiriz), Amaro Arantes (Vila Verde), Francisco Azevedo, João Sousa, Gota D'Orvalho (Soutelo)

FOTOGRAFIA: Manuel Correia

PROPRIEDADE E ADMINISTRAÇÃO: Casa do Povo da Vila de Prado Empresa Jornalística nº 215 513 Mensário Registrado na DGCS sob o nº 110 249

CORRESPONDÊNCIA: Casa do Povo da Vila de Prado Praça Comendador Sousa Lima 4730 Vila Verde Tel.: 921120 Contribuinte nº 501 063 846 Depósito Legal nº 7388/84

CONDIÇÕES DE ASSINATURA: Assinatura em Portugal e no estrangeiro: 1.000\$00

PREÇO 85\$00

COMPOSTO E IMPRESSO NA: TIPOPRADO - Artes Gráficas, L.da Travessa do Bom Sucesso - PRADO Tiragem - 1.750 ex.